



Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses (PCTP/MRPP)



AS MALHAS QUE O RECENSEAMENTO TECIA E SAÍRAM FRUSTRADAS

Uma vez mais volta o nosso Partido a abordar os problemas da situação e do significado do Recenseamento Eleitoral, com vista a esclarecer e a denunciar junto do povo todos os ardis e manobras que os partidos da burguesia montaram e vêm a desbobinar sob a sua capa.

Um facto absolutamente indesmentível pelo decorrer do Recenseamento e claramente afirmado e denunciado pelo nosso Partido foi, a manobra decidida por todos os partidos com assento na Assembleia da República, de pretenderem deixar de fora dos cadernos eleitorais todos aqueles elementos do povo que desacreditados com os programas e as promessas não cumpridas por esses partidos, queriam manifestar já no Recenseamento através da sua abstenção, a sua clara oposição a tais programas e a tais partidos.

Aos partidos da burguesia não lhes convinha nem lhes convem, mostrarem o seu crescente isolamento junto do povo e, daí o facto de apesar da Lei do Recenseamento por eles aprovada determinar a abertura de pelo menos 20.000 postos de recenseamento, só tenham feito funcionar cerca 5.000 postos em todo o país. E como isto não bastasse para atingirem os seus objectivos de apenas recensearem as suas clientelas políticas e sectores do povo sob a sua influência, lograram no decorrer das operações, desferir sob o povo toda a espécie de exigências burocráticas, impôr horários de funcionamento das Comissões bastante limitados e por vezes até incompatíveis com os tempos disponíveis por grande parte dos trabalhadores.

A provar todas estas afirmações que fazemos, já em anteriores comunicados denunciámos com factos e números, os escassos segundos que cada cidadão dispunha em muitas freguesias para proceder a todas as operações de recenseamento, operações essas que todos nós sabemos agora pela prática que exigiram um tempo para cima de pelo menos 15 minutos.

Mas mais factos existem para comprovarem a veracidade das nossas denúncias, como por exemplo, o número de recenseados apresentado na televisão no passado domingo pelo fascista Alberto João, e respeitantes ao dia 4 de Janeiro, portanto a apenas 6 dias da data prevista para terminar o Recenseamento, em que faltavam ainda recensear cerca de 40.000 para se atingir o total de recenseados em 1974/75. Dizia este senhor, em presença destes resultados, que a situação na Madeira era no seu entender boa, e "esquecendo-se" de dizer que ao número de 40.000 se deverá acrescentar cerca de 15 ou 20% de pessoas que atingiram entretanto capacidade eleitoral. Mas tendo em conta os interesses do grande capital que o presidente do Governo Regional representa e defende, logo se terá de aceitar que ele diz a verdade, de que a situação é boa para o seu partido e demais partidos burgueses uma vez que estavam a ser cumpridos os seus objectivos de deixarem ficar de fora os opositores abstencionistas.

Mesmo tendo em conta os dados do Governo Regional, aos quais pomos sempre grandes desconfianças sobre a sua veracidade dados os interesses do partido fascista que o sustenta - o PPD/PSD, de não mostrar a perca de uma grande parte do apoio que possuía, mesmo tendo em conta estes dados, fica bem claro já no Recenseamento, o vivo repúdio do povo pela política de promessas e de mentiras de todos os partidos da burguesia desde o CDS fascista ao P"CP" social-fascista e seus filhotes da U"DP"/P"CP(R).

Logo à partida do Recenseamento, os partidos com assento na A.R. e aos quais a Lei por eles feita e aprovada apenas concedia lugar de pleno direito na constituição nas respectivas Comissões, impedindo portanto o nosso Partido Comunista de delas poder fazer parte, demonstraram as suas intenções para com o povo ao votarem ao abandono a

ABM

~~sua participação~~ nessas Comissões, como por exemplo é o caso do posto da sede da Junta de Freguesia de S. Martinho, onde muitas vezes só se apresentava o representante do nosso Partido e um membro doutro partido.

O bando da U"DP"/P"C"P(R), numa clara demonstração da sua rápida desagregação e substituição pelo partido-pai de Barreirinhas Cunhal, nem se incomodou a nomear de legados às Comissões, e muitos casos houve, em que delegados nomeados pelos chamados partidos "grandes" nem sequer puseram lá os pés uma vez.

E ainda para além de tudo isto, muitas foram as vezes em que as Comissões de Recenseamento violaram a Lei feita pelos próprios partidos que as constituem, umas vezes para tentarem impedir a presença dos representantes do nosso Partido junto dessas Comissões e, outras vezes, face a protestos e denúncia de arbitrariedades cometidas por essas Comissões contra o povo, dando-lhes "respostas" em tempo fora dos prazos previstos pela Lei deles.

Todo este rol de manobras da burguesia e dos seus partidos tem a sua explicação, no facto de a burguesia pretender fazer já do Recenseamento, um colete de forças do movimento popular, enquadrá-lo na sua política e sob a sua direcção e ao mesmo tempo desfazendo-se dos incómodos opositores abstencionistas, para depois através dos futuros resultados eleitorais impôr ao povo um novo governo ainda mais reaccionário do que os anteriores e capaz de salvar os interesses da burguesia através da intensificação da exploração.

O Recenseamento Eleitoral é, no entender do nosso Partido Comunista, uma batalha preliminar entre a política da burguesia e do proletariado, no sentido de saber quem vai influenciar, ganhar e dirigir o povo para, apoiando-se nele, aplicarem os seus respectivos programas - ou o da contra-revolução e da exploração desenfreada, ou o da Revolução, da solução da crise em favor do povo e da construção do Socialismo.

Foi dentro do espírito de ganhar o povo para a Revolução, que o nosso Partido Comunista procurou em todo o processo do Recenseamento, desmascarar os objectivos da burguesia e ajudar o povo a recensear-se fazendo deslocar os seus militantes por muitos lugares de porta em porta. Na Madeira, foram recenseadas algumas centenas de pessoas sob a nossa acção directa, nomeadamente em S. Roque, no Bairro de S. Gonçalo, no Bairro de Santa Maria, no Bairro da Ribeira de João Gomes, na Freguesia de S. Luzia, etc.,

Esta é uma demonstração da atitude clara e firme do nosso Partido, apesar de ser pequeno, de se colocar à frente do povo para defender os seus interesses e mobilizá-lo para fazer impôr esses mesmos interesses. Na questão do Recenseamento, impunha-se que o nosso Partido fosse capaz de mobilizar o povo sem reservas, para frustrar as intenções da burguesia de querer deixar de fora dos cadernos eleitorais, largos milhares de pessoas. O facto de a burguesia se ver obrigada a prorrogar o prazo do Recenseamento por mais 15 dias, constitui sem dúvida uma importante vitória do povo e do nosso pequeno Partido mas que possui uma linha política justa.

Funchal, 12/1/79

O Comité Regional da Madeira do PCTP/MRPP

ABM